

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 472.067 - SP (2018/0257761-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARIA CRISTINA HERRADOR RAITZ E OUTRO
ADVOGADOS : EDMÍLSON MARTINS DE OLIVEIRA - SP130403
MARIA CRISTINA H RAITZ CERVENCOVE - SP124671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIANO LOPES GOMES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E RECEPÇÃO. IMPETRAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO EM APELAÇÃO CRIMINAL, SUPERVENIENTE AO TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. PEDIDO QUE, NA VERDADE, CONSUBSTANCIA PRETENSÃO REVISIONAL, ANTES DA INAUGURAÇÃO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. DESCABIMENTO. ART. 105, INCISO I, ALÍNEA E, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PEDIDO DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JULIANO LOPES GOMES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido na Apelação Criminal n.º 0001105-04.2016.8.26.0567.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante em 16/12/2016, pelos fatos assim narrados na denúncia (fls. 127-128):

"Consta dos inclusos autos de inquérito policial que, no dia 16 de dezembro de 2016, na rua José Marchi, n.º 606, Jardim dos Estados, Jardim Pagliato, nesta cidade e comarca de Sorocaba, JULIANO LOPES GOMES, qualificado a fls. 45, recebeu e conduziu, em proveito próprio, o veículo VW/Gol 1.0 GIV, ano 2009/2010, cor vermelho, placas EKP 2617-Sorocaba/SP, coisa que sabia ser produto de crime de furto, ocorrido em 11 de dezembro de 2016, tendo como vítima João Marcos Rodrigues Cesarotti.

*Consta ainda que, na mesma data, horário e local acima descritos, JULIANO LOPES GOMES, qualificado a fls. 45, transportava, guardava e trazia consigo, para fins de comércio ilícito de drogas, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, **25,21g (vinte e cinco gramas e vinte e um centigramas) de cocaína**, acondicionados em segmento plástico de cor cinza sem vedação, droga cuja natureza foi constatada pelo laudo de fls. 22/23.*

Apurou-se que, na data dos fatos, o denunciado foi avistado por

Superior Tribunal de Justiça

policiais militares, na direção do veículo Gol acima descrito, tendo como passageiro o adolescente E. R. L. S.

Ao perceberem a presença da viatura, o denunciado e o adolescente empreenderam fuga, adentrando o imóvel de número 606, casa 02, situado na rua José Marchi, nesta cidade, porém foram alcançados e abordados pelos policiais militares.

Realizada busca no interior do automóvel Gol, os policiais militares localizaram uma porção de cocaína, com peso líquido de 25,21g (vinte e cinco gramas e vinte e um centigramas), uma placa de carro nº EAJ3722/Tatuí-SP, e um crachá de identificação de engenharia em nome do proprietário do veículo."

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 122-123).

O Juízo da 3.^a Vara Criminal da Comarca de Sorocaba/SP condenou o Paciente às penas de **7 (sete) anos, 3 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão** e 625 (seiscentos e vinte e cinco) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006; e às sanções de **1 (um) ano e 5 (cinco) meses de reclusão** e 14 (quatorze) dias-multa, por infração ao disposto no art. 180, *caput*, do Código Penal, ambos em regime inicial fechado, sendo negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 241).

Inconformada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido pelo Tribunal de origem, apenas para retificar erro de cálculo na pena relativa ao crime de receptação, reduzindo-a para **1 (um) ano, 4 (quatro) meses e 10 (dez) dias**, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 208):

"APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS e RECEPÇÃO. Materialidade e autoria comprovadas. Relatos seguros e coesos dos policiais militares, a par da apreensão do produto de crime anterior na posse do réu corroborando a acusação. Condenação mantida. Penas-base acima do piso em face de circunstâncias judiciais desfavoráveis representadas por antecedente desabonador, objeto da receptação (veículo) e razoável quantidade e acentuada lesividade do entorpecente apreendido, nos termos do artigo 42 da Lei de Tóxico. Basilar referente à receptação redimensionada diante de erro de cálculo. Reincidência específica delineada. Quadro negativo inconciliável com o privilégio descrito no artigo 33, § 4º, da Lei n.º. 11.343/06. Regime prisional fechado único adequado ao crime de natureza hedionda, a par das circunstâncias adversas igualmente colidentes com retiro menos severo. Recurso da Defesa provido parcialmente."

Nas razões do *habeas corpus*, sustenta a Impetrante, em síntese, que, o aumento implementado nas penas-base dos delitos de tráfico ilícito de drogas e de

Superior Tribunal de Justiça

receptação carece de fundamentação idônea, alegando ser indevido o reconhecimento dos maus antecedentes e da reincidência porque "[...] o Juízo de primeiro grau e até mesmo a 9.ª Câmara Criminal do TJSP não poderia simplesmente pautar seu decisum em meras folhas de antecedentes [...]" (fl. 11, sic).

Aduz "[...] que as certidões usadas pelo Juízo sentenciante para a majoração da pena se deu com arrimo em delitos cometidos há mais de 12 anos e muitos deles já prescritos e extintos e outros foram cumpridos em sua totalidade perante a Justiça pelo Paciente" (fl. 22, sic).

Aponta, ainda, contrariedade ao entendimento da Súmula n.º 719 do Supremo Tribunal Federal, ao argumento de que "[...] a imposição do regime prisional mais severo fundamentou-se tão somente na presunção de periculosidade do acusado, em face da perpetração do crime e na gravidade abstrata do delito" (fl. 15).

Requer, inclusive liminarmente, a revisão da dosimetria das reprimendas, com a redução das penas-bases ao mínimo legal, a fixação do regime aberto ou semiaberto e, ainda, a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos.

O pedido foi indeferido às fls. 233-240.

Foram requisitadas as informações ao Tribunal *a quo*, as quais foram prestadas às fls. 244-269.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 272-278).

É o relatório.

Decido.

Na presente impetração, impugna-se acórdão prolatado na Apelação Criminal n.º 0001105-04.2016.8.26.0567. Ocorre que, segundo verificado no sítio eletrônico mantido pela Corte de origem, o referido *decisum* transitou em julgado para o Réu em **30/07/2018**, ou seja, antes da impetração do *habeas corpus*, que se deu em **28/09/2018** (fl. 01).

Nesse contexto, o pedido formulado no presente *writ* consubstancia pretensão revisional, a despeito de não ter sido inaugurada essa competência do STJ. Isso porque, nos termos do art. 105, inciso I, alínea *e*, da Constituição da República, compete

Superior Tribunal de Justiça

ao Superior Tribunal de Justiça, **originariamente**, "as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados".

Sobre a questão, confirmam-se os seguintes precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte, *mutatis mutandis*:

"HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. TRÂNSITO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU INDEFESO EM PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, 'e', da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido.

2. Ademais, as questões aventadas neste habeas corpus não foram sequer objeto de análise pelo Tribunal a quo, o que impede também o seu conhecimento nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância, pois até mesmo as nulidades absolutas devem ser objeto de prévio exame na origem a fim de que possam inaugurar a instância extraordinária.

[...].

5. Habeas corpus não conhecido" (HC 288.978/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/05/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido" (AgRg no HC 494.794/MA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 11/04/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. DOSIMETRIA DE PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. QUANTUM DE AUMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. CONDENAÇÃO PELO ART. 35 DA LEI DE DROGAS. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DA REPRIMENDA. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO MANDAMUS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

4. Tratando-se de impetração que se destina a atacar acórdão proferido em sede de apelação criminal, já transitado em julgado, contra o qual seria cabível a interposição de revisão criminal, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

5. Tendo sido proferida em consonância com o entendimento jurisprudencial adotado neste Sodalício deve ser mantida a decisão impugnada, pelos seus próprios fundamentos.

6. Agravo regimental improvido" (AgRg no HC 486.185/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019; sem grifos no original.)

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: HC n.º 512.674/CE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 30/05/2019; e HC 482.877/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe de 29/03/2019.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora